



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 238/2021
Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a cópia de conversas entre aluna e o requerente. Supressão de instância. Envio extemporâneo. Sigilo legal. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 238/2021

1. Trata-se de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a cópia de conversas entre aluna e o requerente.
2. Em resposta, o ente informou que não sabia do que se tratava pois não tem acesso ao processo trabalhista e desconhece a contestação. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado - OGE conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instado para sanar a supressão, o órgão informou que as mensagens se tratavam de uma aluna menor de idade, estando abarcada por sigilo legal. Cientificado, o requerente reiterou o recurso.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, justificando a impossibilidade de disponibilizar os documentos solicitados, por estarem abarcados pelo sigilo legal, de acordo com o artigo 29 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Cabe ressaltar que é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção, de acordo com o disposto no artigo 25 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI).
6. À vista do exposto, considerando-se que o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, 16 de maio de 2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias,

Classif. documental	999.99.99.999
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



arquivem-se os autos.

São Paulo, 09 de junho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado